



## COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

### ATA NÚMERO 132/XII/ 2.<sup>a</sup> SL

Aos 10 dias do mês de abril de 2013, pelas 11:00 horas, reuniu a Comissão de Economia e Obras Públicas, na sala 5 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Apreciação e votação das atas n.<sup>os</sup> 128/XII, 129/XII e 130/XII, relativas às reuniões de 2, 3 e 4 de abril

2. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo PCP para realização de audições sobre a evolução dos preços da energia - eletricidade e gás natural

3. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo PCP para realização de audições sobre o encerramento das Estações de Correios e sobre a situação e futuro da empresa CTT e do serviço público postal

4. Apreciação e votação do parecer sobre a Proposta de Lei n.º 131/XII/2.<sup>a</sup> (GOV) – "Altera o Código da Estrada, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 114/94, de 3 de maio, e o Decreto-Lei n.º 44/2005, de 23 de fevereiro"

Relator: Deputado Jorge Fão (PS)

5. Apreciação e votação do parecer sobre os Projetos de Lei n.º 106/XII/1.<sup>a</sup> (PEV) – "Altera as normas para velocípedes sem motor do Código da Estrada" e n.º 336/XII/2.<sup>a</sup> (BE) – "Afirma os direitos dos ciclistas e peões no Código da Estrada"

Relatora: Deputada Carina Oliveira (PSD)

6. Apreciação e votação do parecer sobre o Projeto de Lei n.º 363/XII/2.<sup>a</sup> (PS) – "Reforça a representação das organizações de juventude no Conselho Económico e Social (5.<sup>a</sup> Alteração à Lei n.º 108/91, de 17 de Agosto).

Relator: Deputada Cláudia Monteiro de Aguiar (PSD)

7. Apreciação e votação do relatório sobre o Livro Verde sobre as práticas comerciais desleais na cadeia de abastecimento alimentar e não alimentar entre as empresas na Europa [COM(2013)37]

Relator: Deputado Nuno Serra (PSD)

8. Outros assuntos



## COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

### ATA NÚMERO 132/XII/ 2.ª SL

---

#### **1. Apreciação e votação das atas n.ºs 128/XII, 129/XII e 130/XII, relativas às reuniões de 2, 3 e 4 de abril**

Submetidas a votação foram as atas n.ºs 128/XII, 129/XII e 130/XII, relativas às reuniões de 2, 3 e 4 de abril, aprovadas por unanimidade, registando-se ausência do PCP e do PEV.

#### **2. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo PCP para realização de audições sobre a evolução dos preços da energia – eletricidade e gás natural**

Coube ao Senhor Deputado Bruno Dias (PCP) a apresentação do requerimento acima mencionado, tendo para o efeito, reiterado as razões aduzidas no mesmo. No uso da palavra, salientou os aspetos relacionados com a atual fase de liberalização por que passam os setores da energia, a necessidade de se fazer a avaliação do caminho percorrido e de alguns indicadores referidos no relatório da ERSE, de informações produzidas pela DECO e da visita efetuada pela CEOP ao Alqueva. Nesse sentido, justificava-se a realização das audições ao Presidente da ERSE, da DECO e do Secretário de Estado da Energia.

Intervieram, então, os Senhores Deputados Hortense Martins (PS); Nuno Matias (PSD); Ana Drago (BE); Hélder Amaral (CDS-PP)

A Senhora Deputada Hortense Martins (PS) começou por referir que sobre esta matéria o GPPS tinha vindo a dedicar muita atenção. Concordava com o requerimento apresentado pelo PCP. No passado, o GPPS tinha apresentado um requerimento para ouvir o Presidente da ERSE, que disse que regressaria à Assembleia da República quando tivesse terminado o relatório que havia sido encomendado (pois que não estava este concluído nessa altura, em julho de 2012). Por essa razão, entendia ser oportuna a realização desta audição perante a CEOP. Em sua opinião, era necessário analisar a situação de liberalização do setor relacionada com a introdução de uma maior concorrência e verificar que esta se refletia positivamente nas faturas dos clientes. Além do mais, disse, o Secretário de Estado da Energia sempre tinha manifestado disponibilidade para comparecer na Comissão. Igualmente, as entidades relacionadas com o mercado do CO<sub>2</sub> deveriam prestar esclarecimentos à Assembleia da República.



## COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

### ATA NÚMERO 132/XII/ 2.ª SL

Pelas razões apontadas o GPPS votaria favoravelmente o requerimento apresentado pelo PCP.

Em seguida, interveio o Senhor Deputado Nuno Matias (PSD) para dizer que, tendo sobre as matérias em apreciação existido espaço para reflexão e debate, o seu acompanhamento tinha sido efetuado de forma muito próxima e, assim, a figura da audição proposta acabava por se tornar redundante. Embora a avaliação pretendida pelo PCP fosse legítima, poderia ser feita numa outra forma regimental, através da pergunta escrita. Em abril e junho de 2012 tinham, em sede de Comissão, ouvido o Secretário de Estado da Energia, no 1.º caso sobre os produtores de energia e no 2.º caso sobre os cortes nas rendas. De forma exaustiva já tinham sido realizados debates, em Plenário.

A Senhora Deputada Ana Drago (BE) considerou positivo o modelo de trabalho proposto pelo PCP. Esperava que a maioria manifestasse preocupação pela evolução dos preços.

Por sua vez, o Senhor Deputado Hélder Amaral (CDS-PP) usou da palavra para dizer que cabia à maioria decidir da oportunidade do momento para proceder à realização da audição do membro do Governo. Concordava com os alertas expressos pela oposição mas tinha uma abordagem diferente no *timing*. Esta maioria, disse, tinha amplamente discutido com a ERSE as questões das rendas e da leitura dos contadores, por um lado, e tinha cabido ao Secretário de Estado da Energia a introdução do equilíbrio no domínio da diminuição do preço da energia, por outro lado. Pelo exposto, não dava o aval para a realização das audições propostas pelo PCP.

Em seguida, intervieram, de novo, os Senhores Deputados Bruno Dias (PCP), Hélder Amaral (CDS-PP) e Hortense Martins (PS) para reiterarem as suas posições anteriores.

Submetido a votação, foi o requerimento rejeitado com os votos contra do PSD e CDS-PP e votos a favor do PS, PCP e BE, registando-se a ausência do PEV.

### **3. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo PCP para realização de audições sobre o encerramento das Estações de Correios e sobre a situação e futuro da empresa CTT e do serviço público postal**

Tomou a palavra o Senhor Deputado Bruno Dias (PCP) para fazer a apresentação do requerimento, durante a qual salientou a importância que representa para as populações e



## COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

### ATA NÚMERO 132/XII/ 2.ª SL

para a economia em geral o encerramento de estações de correio e o aumento considerável das tarifas do serviço público postal. Assim, no documento proposto constavam as razões que fundamentavam o pedido de audição urgente de entidades como o Secretário de Estado das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, do Conselho de Administração dos CTT, das Organizações Representativas dos Trabalhadores da Empresa e do Conselho de Administração da Autoridade Nacional de Comunicações. Considerava importante o acompanhamento destas matérias pela CEOP.

Sobre este assunto intervieram os Senhores Deputados Paulo Baptista Santos (PSD) para dizer que na véspera, por ocasião da audição do Secretário de Estado das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, a matéria tinha sido abordada; Rui Paulo Figueiredo (PS), para referir que o GPPS iria votar a favor porque, como tinha sido mencionado por aquele membro do Governo, o futuro dos CTT configurava um assunto que ia estar em cima da mesa durante largo período de tempo e a CEOP devia ter um papel de relevo neste domínio; Hélder Amaral (CDS-PP), para expressar que o *timing* não correspondia ao estabelecido pelo seu GP; e Ana Drago (BE), para salientar que, não se tratando de um qualquer processo de privatização, era importante ouvir as entidades propostas.

Submetido a votação, foi o requerimento rejeitado com os votos contra do PSD e CDS-PP e a favor do PS, PCP e BE, registando-se a ausência do PEV.

#### **4. Apreciação e votação do parecer sobre a Proposta de Lei n.º 131/XII/2.ª (GOV) – "Altera o Código da Estrada, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 114/94, de 3 de maio, e o Decreto-Lei n.º 44/2005, de 23 de fevereiro"**

**Relator: Deputado Jorge Fão (PS)**

O Senhor Deputado Jorge Fão (PS), usando da palavra para, de forma sucinta, apresentar o parecer sobre a Proposta de Lei n.º 131/XII/2ª, mencionada em epígrafe, referiu-se com destaque às motivações do Governo que estiveram na base da iniciativa.

Intervieram em seguida, os Senhores Deputados Carina Oliveira (PSD), para dizer que, embora não se detendo a discutir o relatório naquele momento, porque o faria em sede de Plenário, sugeria que, no segundo parágrafo da parte respeitante à opinião do relator, fossem acrescentadas as audições a realizar com as forças policiais – GNR e PSP; e Hélder Amaral (CDS-PP), para sublinhar que as alterações ao Código da Estrada em apreciação concretizavam sugestões há muito solicitadas e cumprimentava o relator, porquanto tinha



## **COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS**

### **ATA NÚMERO 132/XII/ 2.ª SL**

integrado o Grupo de Trabalho sobre Segurança Rodoviária que tinha realizado um excelente trabalho e ainda que a alteração agora sugerida era consensual.

Submetido a votação, com a alteração sugerida, foi o relatório aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PEV.

**5. Apreciação e votação do parecer sobre os Projetos de Lei n.º 106/XII/1.ª (PEV) –  
"Altera as normas para velocípedes sem motor do Código da Estrada" e n.º  
336/XII/2.ª (BE) - "Afirma os direitos dos ciclistas e peões no Código da Estrada."**

**Relatora: Deputada Carina Oliveira (PSD)**

A Senhora Deputada Carina Oliveira (PSD) apresentou, resumidamente, o mencionado relatório, reiterando que a discussão seria feita no Plenário e que fazia sentido que esta fosse realizada conjuntamente com a Proposta de Lei n.º 131/XII/2.ª.

Submetido a votação, foi o relatório aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PEV.

**6. Apreciação e votação do parecer sobre o Projeto de Lei n.º 363/XII/2.ª (PS) –  
"Reforça a representação das organizações de juventude no Conselho  
Económico e Social (5.ª Alteração à Lei n.º 108/91, de 17 de Agosto).**

**Relator: Deputada Cláudia Monteiro de Aguiar (PSD)**

A Senhora Deputada Cláudia Monteiro de Aguiar (PSD) apresentou, sucintamente, o relatório em apreço.

Submetido a votação, foi o parecer aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do BE e do PEV.

**7. Apreciação e votação do relatório sobre o Livro Verde sobre as práticas  
comerciais desleais na cadeia de abastecimento alimentar e não alimentar entre  
as empresas na Europa [COM(2013)37]**

**Relator: Deputado Nuno Serra (PSD)**



## COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

### ATA NÚMERO 132/XII/ 2.ª SL

O Senhor Deputado Nuno Serra (PSD) começou por fazer o enquadramento do tema em apreciação e referir a conexão deste documento com o trabalho realizado pelo Grupo de Trabalho – Grande Distribuição e Produção Nacional.

Após ter sido objeto de cumprimentos por parte dos Senhores Deputados Rui Paulo Figueiredo (PS), Paulo Baptista Santos (PSD), Hélder Amaral (CDS-PP) e Bruno Dias (PCP) pela importância assinalada nas linhas do documento e por ter sido realçada a perspetiva de acompanhamento das matérias nele constante, foi o relatório submetido a votação, tendo sido aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do BE e do PEV.

#### **8. Outros assuntos**

O Senhor Presidente começou por informar que, encontrando-se pendente na Comissão, desde 22 de março, para apreciação na especialidade, a PPL n.º 130/XII, relativa ao regime jurídico da construção, do acesso e da instalação de redes e infraestruturas de comunicações eletrónicas, e sendo necessário fixar prazo para apresentação de propostas de audições e/ou de propostas de alteração, estas propostas poderiam ser apresentadas até ao dia 19 de abril, uma vez que a discussão na especialidade ficava agendada para o dia 24 de abril. O Grupo de Trabalho – Audiências tinha já agendado um pedido de audiência da Ordem dos Engenheiros, no dia 16 de abril, às 12H00.

Referiu também que tinha baixado à Comissão o Projeto de Lei n.º 388/XII/2.ª, do PSD, que altera a composição do Conselho Económico e Social. Estando pendentes na Comissão os PPL n.ºs 383/XII, 384/XII e 385/XII (todos do PEV), com a mesma finalidade, os quais tinham sido distribuídos à Senhora Deputada Cláudia Aguiar (PSD) para elaboração de relatório único, fazia sentido incluir esta iniciativa nesse conjunto.

Sendo necessário dar resposta à Secretaria de Estado dos Assuntos Parlamentares e da Igualdade sobre a proposta do Ministro da Economia e do Emprego para adiamento da audiência sobre o terminal de contentores na Trafaria prevista para o dia 8 de maio, o Senhor Presidente referiu que se encontrava em contacto com aquele membro do Governo para efeito de encontrar uma data para o agendamento da audiência ao abrigo do artigo 104.º, n.º 2, do Regimento, que estava prevista para esse mesmo dia 8 de maio.

O Senhor Presidente lembrou ainda que o PCP tinha entregue, durante a reunião realizada na véspera, um requerimento para ouvir a Secretária de Estado do Tesouro. Por solicitação de



## **COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS**

### **ATA NÚMERO 132/XII/ 2.ª SL**

vários grupos parlamentares, foi a discussão adiada para a reunião ordinária seguinte.

De seguida, o Senhor Presidente fez distribuir pelos Deputados um e-mail da Senhora Presidente da Assembleia da República, dando conta da conclusão do processo relativo à PPL n.º 112/XII, e informou que o respetivo decreto foi enviado para promulgação no dia 8 de abril. Pronunciaram-se a este respeito os Senhores Deputados Rui Paulo Figueiredo (PS), Paulo Baptista Santos (PSD), Bruno Dias (PCP) e Hélder Amaral (CDS-PP).

Informou também o Senhor Presidente que a Comissão recebeu um convite da UGT para estar presente no seu Congresso, a realizar nos dias 20 e 21 de abril, e solicitou aos Grupos Parlamentares do PSD e do PS para indicarem dois Deputados para representar a Comissão.

A Senhora Deputada Ana Paula Vitorino (PS) informou que tinha baixado à Comissão de Agricultura e Mar uma Proposta de Lei sobre o ordenamento e a gestão do espaço marítimo nacional. O diploma referia explicitamente competências da área da economia, pelo que, defendia, deveria ser também analisado no âmbito da CEOP.

Sobre o assunto em causa, o Senhor Deputado Paulo Baptista Santos (PSD) sugeriu que o Senhor Presidente encetasse contactos com o Presidente da Comissão de Agricultura e Mar para efeito de emissão de parecer pela CEOP e, na especialidade, aferir das condições para a existência de audições conjuntas, o que foi objeto de consenso.

A reunião foi encerrada às 13:30 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 15 de abril de 2013.

**O PRESIDENTE**

**(LUÍS CAMPOS FERREIRA)**



## COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

### ATA NÚMERO 132/XII/ 2.ª SL

#### Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Adriano Rafael Moreira  
Ana Drago  
Ana Paula Vitorino  
Bruno Dias  
Carina Oliveira  
Cláudia Monteiro de Aguiar  
Duarte Cordeiro  
Eduardo Teixeira  
Fernando Jesus  
Fernando Serrasqueiro  
Helder Amaral  
Hortense Martins  
João Paulo Viegas  
Luís Campos Ferreira  
Luís Leite Ramos  
Nuno Encarnação  
Nuno Filipe Matias  
Nuno Serra  
Paulo Batista Santos  
Paulo Ribeiro de Campos  
Rui Paulo Figueiredo  
Afonso Oliveira  
Jorge Fão  
Paulo Cavaleiro  
Rui Barreto

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Pedro Pinto

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Heloísa Apolónia